



Um diálogo entre Antropologia e Ciências das Religiões através de Ingold e Filoramo & Prandi

A Dialogue between Anthropology and Religious Studies through Ingold and Filoramo & Prandi

Luís Felipe Lobão de Souza Macário¹

Resumo: O artigo tem por objetivo promover um diálogo entre a Antropologia – através de Tim Ingold – e as Ciências das Religiões – representadas por Giovanni Filoramo e Carlo Prandi. Através de uma leitura exploratória, analítica, interpretativa e crítica de obras dos autores citados, o trabalho procura destacar algumas questões acerca dos ofícios dos antropólogos e cientistas da religião, tendo por conclusão que os autores em questão situam o nascimento da Antropologia e das Ciências das Religiões no século XIX. Enquanto Filoramo e Prandi buscam estabelecer uma identidade para as Ciências das Religiões, algo ainda não plenamente alcançado desde o seu surgimento – ou pela dificuldade de definir o seu objeto, a religião, e seus métodos de pesquisa; ou pela resistência de muitos pesquisadores em reconhecer a existência de um campo disciplinar ao invés de diversas ciências isoladas –, Ingold sugere novas bases para a Antropologia, desfragmentada, dialógica, não em busca de simples conhecimento, mas de sabedoria e, principalmente, em colaboração e correspondência com os habitantes do planeta – tanto humanos quanto não-humanos –, com vistas a construir, em conjunto, um mundo em que haja lugar para todos e todas.

Palavras-chave: Antropologia. Ciências das Religiões. Tim Ingold. Giovanni Filoramo & Carlo Prandi.

Abstract: This article aims to foster a dialogue between Anthropology – through the work of Tim Ingold – and the Study of Religions, represented by Giovanni Filoramo and Carlo Prandi. Through an exploratory, analytical, interpretative, and critical reading of the aforementioned authors, the study seeks to highlight key issues related to the roles of anthropologists and scholars of religion. It concludes that all three authors trace the origins of both Anthropology and the Study of Religions back to the 19th century. While Filoramo and Prandi attempt to establish a clear identity for the Study of Religions – an endeavor still not fully achieved, whether due to the difficulty in defining its object (religion) and its research methods, or due to the reluctance of many scholars to acknowledge a unified disciplinary field rather than isolated academic approaches – Ingold proposes new foundations for Anthropology. His vision is one of a de-fragmented, dialogical discipline, not merely in pursuit of knowledge, but of wisdom, built in collaboration and mutual correspondence with the planet's inhabitants – both human and non-human – with the ultimate goal of co-creating a world where there is space for all.

Keywords: Anthropology. Study of Religions. Tim Ingold. Giovanni Filoramo & Carlo Prandi.

¹ Doutorando em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre em Ciência da Religião pela mesma Universidade. Especialista em História da Igreja e em Ciências da Religião pela Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro (FSBRJ). E-mail: lfelipemacario@uol.com.br.



Introdução

O presente artigo pretende promover um diálogo entre a Antropologia – representada por Tim Ingold, através de sua conferência *Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem*, realizada em 2011, e de seus livros *Antropologia: para que serve?*, cuja edição original é de 2018, e *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*, publicado originalmente em 2011 – e as Ciências das Religiões – através de *Para um estudo científico da religião*, texto introdutório do livro *As ciências das religiões*, de Giovanni Filoromo e Carlo Prandi, publicado originalmente em 1987. Através de uma leitura exploratória, analítica, interpretativa e crítica das obras citadas acima, o trabalho procura destacar algumas questões acerca dos ofícios dos antropólogos e cientistas da religião.

A escolha dos autores estudados se deve ao fato de as obras acima mencionadas terem alguns pontos em comum como, por exemplo, situarem o nascimento da Antropologia e das Ciências das Religiões no século XIX, assim como demonstrarem preocupação com a fragmentação das pesquisas em suas áreas de estudo.

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira, reproduzo como os autores apresentam as origens da Antropologia e das Ciências das Religiões e seus respectivos objetos. Na segunda, abordo como eles tratam a questão da fragmentação das pesquisas nas suas áreas de pesquisa. Na terceira parte, destaco como os autores estudados expõem a questão dos métodos nas Ciências das Religiões e na Antropologia. Finalmente, meus comentários pessoais encontram-se nas considerações finais.

1. As origens da Antropologia e das Ciências das Religiões e seus respectivos objetos

De acordo com Tim Ingold (2019, p. 35), “a antropologia é filha da Era da Razão”, tendo crescido “em meio à efervescência de ideias que acompanhou a rejeição do dogma religioso e do despotismo político, por filósofos e intelectuais liberais, nos séculos XVII e XVIII”. O autor acrescenta que, a partir do final do século XIX, o que atraía o interesse do seu público era a promessa de um relato unificado da evolução humana em três frentes – anatômica, artefactual e institucional (Ingold, 2019).

Ingold (2012) considera que, desde a época de Francis Bacon, a ciência tem buscado descobrir a verdade literal do que está no mundo, insistindo em uma rigorosa

separação entre fato e interpretação e que, ainda hoje, baseia sua legitimidade no recurso aos dados, repetidamente verificados e reverificados, procurando a verdade através da eliminação do erro. Para ele, “a maior parte das ciências da mente e da cultura, tais como a psicologia e a antropologia, tem seguido as tendências desse mesmo empreendimento” (Ingold, 2012, p. 15-16), ou seja, tem-se ocupado

da divisão entre o que Bacon chamou de mundo “em si”, a realidade da natureza que pode ser descoberta somente por meio da investigação científica sistemática, e os vários mundos imaginários que as pessoas de diferentes épocas e lugares invocam e que, na sua ignorância da ciência e de seus métodos, assumem como sendo realidade (Ingold, 2012, p. 16).

De acordo com ele, quando a leitura em voz alta foi superada pela pura leitura das palavras, o mundo deixou de oferecer avisos e/ou conselhos e se tornou uma coleção de dados que não orientam como devem ser utilizados, fazendo com que a informação assumisse primazia diante da sabedoria (Ingold, 2012). O autor questiona, então, como poder-se-ia criar um espaço para, dentre outros, “a religião, ou para as crenças e práticas dos povos indígenas em uma economia do conhecimento na qual a busca pela natureza real das coisas tornou-se uma prerrogativa exclusiva da ciência racional?” (Ingold, 2012, p. 16).

Faz-se interessante observar que o Evolucionismo, também datado do final do século XIX, estabeleceu um paradigma de acordo com o qual o desenvolvimento geral de todas as sociedades estaria dividido em estágios, desde a selvageria, passando pelo barbarismo, até atingir a civilização, o que pode ser refletido no tripé magia/feitiçaria-religião-ciência (Schröder; Schlamelcher, 2022).

Na definição de Ingold (2019, p. 8), a “antropologia é *a filosofia com as pessoas dentro*”, pois, para ele, os antropólogos praticam sua filosofia no mundo, estudando, não os povos, mas com os povos entre os quais escolhem trabalhar – a partir de suas experiências e seus interesses particulares –, envolvendo-se profundamente na observação, no diálogo e na prática participativa. Assim, pois, ele defende um tipo de Antropologia que não trata de interpretar ou explicar o comportamento alheio, produzindo conhecimento, mas de um tipo em que o mundo não seja objeto de estudo – tanto para os antropólogos, como para os povos entre os quais trabalham –, mas o seu meio de compartilhar presença, aprender com as experiências de vida e aplicar esse aprendizado

às próprias concepções das condições e possibilidades futuras da vida humana (Ingold, 2019).

O autor considera que “a tarefa da antropologia (...) é restaurar o equilíbrio, moderar o conhecimento transmitido pela ciência com a sabedoria da experiência e da imaginação” (Ingold, 2019, p. 11). Para ele, o objetivo essencial da Antropologia é principalmente educativo, não etnográfico, com sua importância residindo em seu potencial de educar e transformar vidas, tanto as dos antropólogos quanto as daqueles entre os quais eles trabalham, o que concretizar-se-á apenas se os pesquisadores estiverem abertos a aprender com aqueles, o que só acontecerá se eles forem levados a sério. Assim, levar os outros a sério é a regra número um do tipo da Antropologia de Ingold (2019).

Giovanni Filoramo e Carlo Prandi (1999) consideram que as Ciências das Religiões nasceram no século XIX, época de grandes transformações do Ocidente, desencadeadas, dentre outros agentes, pela Revolução Industrial e pelas conquistas coloniais que “colocaram a cultura europeia diante de novas exigências de definição da própria capacidade de leitura tanto da sociedade ocidental quanto das sociedades com as quais o Ocidente havia estabelecido relações de domínio e de intercâmbio” (Filoramo; Prandi, 1999, p. 6).

Para os autores, este período se caracterizou por “um processo de ramificação das ciências naturais e das ciências humanas” e, paralelamente aos estudos de história comparada, afirmaram-se, também e cada vez mais – alinhados ao desenvolvimento de ciências humanas como, dentre outras, a Antropologia Cultural –, estudos e interpretações dos fatos religiosos, com vistas a integrar e aprofundar os conhecimentos históricos, afirmando, em progresso “a exigência, tipicamente iluminista, de uma ciência da religião capaz de reunificar as contribuições que essas diferentes disciplinas vinham oferecendo, a partir de seu observatório particular, para o conhecimento científico das religiões” (Filoramo; Prandi, 1999, p. 6-7).

Filoramo e Prandi (1999, p. 16) consideram que “toda disciplina envolvida no estudo das religiões teve de forçosamente se meter num trabalho de Sísifo e definir o seu próprio objeto de pesquisa: a religião”, tarefa ainda mais difícil pelo fato de que seu significado difere qualitativamente em relação aos conceitos emanados de povos que não os ocidentais. Eles pensam que para escapar do perigo do reducionismo – que priva o objeto de qualquer especificidade –, assim como de um idealismo essencialista – que

postula, desde o início, a realidade de um objeto que a pesquisa deverá obrigatoriamente desvelar e testemunhar –, deve-se optar por uma terceira via, ou seja, um conceito de religião que leve em conta tanto os seus aspectos funcionais quanto os específicos (Filoramo; Prandi, 1999).

De acordo com eles,

o que define a religião é a validade do método particular que se decide assumir. Nessa perspectiva, o estudo científico da religião avançou à medida que se demonstrou capaz de assumir novas perspectivas metodológicas, pois cada novo método, quando eficaz, contribuiu para se captar um outro aspecto de uma realidade humana histórica extremamente variada e multifacetada e que – isso deve nos fazer refletir – se revela resistente a ser capturada de uma vez por todas numa única rede metodológica (Filoramo; Prandi, 1999, p. 20).

Filoramo e Prandi (1999) observam, porém, que a autonomia de um discurso científico se baseia na autonomia de um método legitimamente fundado, assim como utilmente experimentado, mais, inclusive, do que na autonomia do objeto, que só pode nascer da eficácia do método, a não ser que se recorra a um raciocínio dedutivo, de tipo normativo, acrescentando que quem rejeita tal tipo de colocação se obriga a operar com um conceito de religião relativo, marcado por uma autonomia não mais absoluta.

Para os autores, a realidade das religiões distingue tanto uma mudança contínua de ritos, crenças e formas sociais religiosas, quanto a persistência de estruturas e comportamentos, dos mitos aos processos simbólicos. Uma face que muda, outra que não é histórica. Para eles, o que une as diferentes religiões não é uma identidade, mas “a posse de uma legislação normativa interna, de formas de funcionamento, de autorregulação, de resposta e de recuperação” (Filoramo; Prandi, 1999, p. 18). Conforme uma perspectiva sincrônica, os comportamentos religiosos sugerem possuir uma lógica própria, tal como formas próprias de autorregulamentação. No entanto, tais princípios de autodireção se confrontam com princípios de heterodireção impostos pelo ambiente externo, configurando o específico do fato religioso a sua autonomia relativa (Filoramo; Prandi, 1999).

2. A questão da fragmentação das pesquisas nas Ciências das Religiões e na Antropologia

Filoramo e Prandi (1999) afirmam que a fragmentação da pesquisa, nas mais diversas disciplinas, vem resultando em um crescente processo de especialização,



setorização e multiplicação que atinge, inclusive, as ciências humanas – como, dentre outras, a Antropologia –, cada vez mais articuladas e ramificadas e que, para equilibrar tal movimento centrífugo, fazem-se necessários “estudos que reproponham o problema do sentido e da globalidade dos processos de pesquisa, que formam, com suas especializações e seus métodos, os diferentes campos disciplinares” (Filoramo; Prandi, 1999, p. 5).

Os autores acrescentam que, no período após a Segunda Guerra Mundial, o estudo das religiões também conheceu esse duplo movimento e que nunca, como na atualidade, a religião foi objeto de tantos estudos, por parte das mais variadas disciplinas, assim como de novos métodos de pesquisa emergentes aplicados à religião, ou até mesmo novas disciplinas, como a Ecologia da Religião (Filoramo; Prandi, 1999). Eles destacam que “diante dos inevitáveis riscos de cacofonia metodológica e de miopia especialística”, levaram-se “vozes que apelavam para que não se perdesse de vista tanto a unidade e a especificidade do objeto quanto o sentido global dessa pesquisa”, concluindo que “hoje, mais do que nunca, permanece viva e inevitável a exigência de globalidade e de sentido, que caracterizou a pesquisa dos pioneiros das ciências das religiões” (Filoramo; Prandi, 1999, p. 5-6).

No mesmo sentido, Ingold (2019, p. 34) se sente incomodado com o fato de que

há os pesquisadores que se denominam antropólogos sociais ou culturais, ou, igualmente, etnógrafos. E há os pesquisadores que se intitulam antropólogos físicos ou biológicos, ou, igualmente, estudiosos da evolução humana. Os primeiros são versados em outros campos das humanidades, dos estudos filosóficos e literários à história e à religião comparada. Os últimos fazem a corte com psicólogos evolucionistas, neurocientistas, ecologistas comportamentais e paleontólogos. Raramente, entretanto, eles conversam entre si e, quando o fazem, apenas redescobrem a profundeza da sua incompatibilidade. Para complicar ainda mais o quadro, todos os tipos de outras antropologias surgiram nas últimas décadas, cada qual com seus próprios interesses, métodos de trabalho e meios de publicação.

Sobre uma possível origem dessa fragmentação, o autor explica que os antropólogos sociais, ou culturais, estudavam a evolução das instituições, costumes e crenças, mas que, a partir das décadas de 1920 e 1930, surgiram divergências sobre como abordar os fenômenos sociais e culturais, pois alguns passaram a argumentar que, em lugar de buscar demonstrar como se deram a origem e evolução dos costumes e instituições, dever-se-ia tentar mostrar seu funcionamento, abordagem que ficou

conhecida como funcionalismo, cuja ascensão provocou a separação entre a Antropologia Social e seus campos irmãos – a Antropologia Física e a Arqueologia –, que conservaram sua orientação evolucionista (Ingold, 2019).

Ingold (2019) também identifica as linhas bastante diferentes de como a Antropologia se desenvolvia na Grã-Bretanha – que, então, contava com um império e buscava orientação sobre as instituições sociais nativas para auxiliar a administração de sua política colonial –, onde a Antropologia Social – então considerada um ramo da Sociologia – se ocupava especialmente das formas de relacionamento das pessoas em sua conduta da vida social, e na América do Norte – na qual os Estados Unidos possuíam populações originárias e procuravam registrar os modos de vida destas, que rapidamente desapareciam –, em que a Antropologia Cultural – então vista como um desdobramento da Etnologia – se encarregava das tradições de conhecimento e crença que os povos nativos carregavam e transmitiam aos descendentes.

No entanto, ele afirma: “eu não poderia escrever um livro sobre antropologia e para que ela serve a não ser que eu acreditasse que há, ao menos potencialmente, algo que une essas linhas profusas em uma única corda” (Ingold, 2019, p. 35). De acordo com Ingold (2019), faz-se necessário reestabelecer a Antropologia como uma disciplina única, e não como uma diversidade de subdisciplinas separadas, além de superar o antagonismo entre os antropólogos de inclinação biofísica e sociocultural, através de um novo acordo, assim como dissociar os objetivos da Antropologia dos da Etnografia, o que pode gerar um diálogo e uma colaboração com profissionais de outros campos, tais como a Arte – desenho, teatro, dança e música –, Arquitetura, Arqueologia, Museologia e História Comparativa.

O autor argumenta ser a unidade da experiência – que os antropólogos, com frequência, expressam através do conceito de holismo – que mantém a Antropologia unida, focando o entrelaçamento de aspectos da vida humana e recusando a ideia de que ela possa ser dividida em camadas – entre o corpo, a mente – que compõem o indivíduo – e a sociedade (Ingold, 2019).

Para Ingold (2019) – e ele afirma trabalhar para isso –, a Antropologia não deve ser uma subdivisão especializada de algo maior, mas uma disciplina autônoma, cuja preocupação seja tratar da vida humana em sua totalidade, e não de algum aspecto particular dela, estudando com as pessoas, e não produzindo estudos sobre elas,

constituindo-se, de fato, em uma antidisciplina, por não aceitar o “colonialismo intelectual que divide o mundo do conhecimento em partes isoladas para o domínio de cada disciplina” (Ingold, 2019, p. 66). No entanto, ele concebe o diálogo antropológico como uma arte da investigação, não contraposto à ciência, mas uma forma diferente de realizá-la, de maneira mais humanizada e sustentável integrando-se ao mundo (Ingold, 2019).

3. A questão dos métodos nas Ciências das Religiões e na Antropologia

No contexto do surgimento da Antropologia e das Ciências das Religiões, as ciências do espírito se contrapuseram às ciências da natureza, diferenciando-se pelo método, assim como pela relação entre sujeito e objeto. Assim, ao modelo da explicação – característico do campo dos fenômenos naturais – opõem-se o modelo da compreensão – válido no campo dos fenômenos espirituais. Então, o problema epistemológico básico das Ciências das Religiões – ou seja, explicar ou compreender a religião – nasceu ao acender das luzes do século XX (Filoramo; Prandi, 1999, p. 8-9).

De acordo com Filoramo e Prandi (1999), traço essencial do modelo da explicação é a premissa insuprível de que a religião, enquanto distinta do objeto de fé – este inacessível à pesquisa empírica –, é uma manifestação antropológica e histórica que, como qualquer fenômeno humano, pode e deve se sujeitar aos métodos da pesquisa crítica, possuindo sua própria estrutura. O dado religioso, pois, possui sua verdade, que pode ser revelada, reduzindo-a a dados elementares subjacentes, dentre os quais antropológicos. Enfim, os autores consideram que “*conditio sine qua non* dessa operação explicativa da religião é a imparcialidade, a neutralidade, a objetividade, em suma, a *confiabilidade* do intérprete” (Filoramo; Prandi, 1999, p. 9).

Para eles, o modelo da compreensão – técnica psicológica que busca apreender a experiência germinal, livre e criadora, base das produções espirituais e culturais –, aplicado aos fenômenos religiosos, constituiu uma corrente, a fenomenologia compreensiva da religião (Filoramo; Prandi, 1999). Os autores consideram, ainda, que “diante desse dado experiencial, o intérprete não pode colocar-se de maneira asséptica e neutra, pois ele, desde o início, está envolvido num plano de coparticipação vivida, no e com o seu objeto de estudo” (Filoramo; Prandi, 1999, p. 10).



Filoramo e Prandi (1999, p. 21) comentam que “a tradição dos estudos de tipo hermenêutico sublinhou repetidamente a necessidade de que aquele que pretende abordar o estudo das religiões tenha alguma experiência do religioso”, acrescentando que “o que se exige do estudioso é que se aproxime com simpatia humana do seu objeto de estudo: nem mais nem menos” e que “a mesma abordagem tolerante e compreensiva é desejável no que se refere aos métodos”.

De acordo com Ingold (2009, p. 12),

os métodos são os guardiões da objetividade, acionados para garantir que os resultados da pesquisa não sejam contaminados por um envolvimento muito íntimo ou afetivo dos pesquisadores com os povos que eles estudam,

mas que, “para a antropologia, contudo, esse envolvimento é essencial” (Ingold, 2009, p. 12), explicando que “na antropologia, a observação se dá não pela objetificação dos outros, mas prestando atenção a eles, vendo o que fazem e escutando o que dizem” (Ingold, 2009, p. 12). Ele reitera que os antropólogos devem realizar uma observação participante, que não é um método para a coleta de dados, mas que significa estudar com as pessoas, unindo-se a elas na busca de formas de viver, e não fazer estudos sobre elas, descrevendo suas vidas, o que marca a diferença entre a Etnografia e a Antropologia (Ingold, 2019).

Filoramo e Prandi (1999) consideram que a contraposição entre os modelos da explicação e da compreensão esteja em via de superação, pois, de acordo com eles, a ciência que eles denominam monoteísta deu lugar a uma concepção mais flexível e pluralista, acompanhada de um “politeísmo” metodológico, a partir da ideia de que as regras científicas não são condições da pesquisa definidas *ad eternum*, mas podem – e devem – mudar de acordo com as oportunidades encontradas, deixado espaço à subjetividade e valorizando as capacidades imaginativas, intuitivas e de criação do pesquisador. Assim,

A contraposição entre explicação e compreensão vai sendo progressivamente substituída por um modelo de integração baseado, de um lado, na necessidade de um pluralismo metodológico que encontre no interior de cada trajetória as garantias da própria “cientificidade” e, do outro, na necessidade de levar em conta os aspectos “subjetivos” da pesquisa, que fazem parte integrante dela e, com frequência, são seus fatores decisivos (Filoramo; Prandi, 1999, p. 11-12).

No entanto, para eles, o estatuto epistemológico das Ciências das Religiões não é efeito e consequência, somente, de um debate mais amplo, pois reflete e traduz questões e problemas internos ao próprio campo disciplinar, tais como sua própria definição. Desse modo, “Ciência da Religião” pressupõe método científico e objeto unitários, enquanto “Ciências das Religiões” faz referência ao pluralismo metodológico e do objeto, havendo, inclusive, soluções intermediárias, quais sejam “Ciência das Religiões ou “Ciências da Religião” (Filoramo; Prandi, 1999). Os autores concluem, então, que as Ciências das Religiões – como eles preferem chamar – “não constituem uma disciplina à parte, fundada, como gostaria a tradição hermeneuticamente orientada, na unidade do objeto (a religião) e na unidade do método (a compreensão hermenêutica)”, mas “um campo disciplinar e, como tal, uma estrutura aberta e dinâmica” (Filoramo; Prandi, 1999, p. 13).

Filoramo e Prandi (1999) admitem ser inevitável o surgimento de problemas de diálogo e hierarquia entre as diversas disciplinas do campo, pois a não existência de um método científico único para o estudo das religiões pode gerar riscos do que eles chamam de cacofonia metodológica, dentre os quais o de que uma chave de leitura reclame o direito de chave-mestra metodológica, subordinando arbitrariamente outras chaves de leitura do fenômeno religioso às suas exigências particulares, assim como o de promover uma simples justaposição de métodos ou de resultados ou um sincretismo que não contempla as reais necessidades da área.

Os autores tomam como exemplo a História das Religiões que, através de suas análises de história comparada – levando em conta os momentos diacrônico-sincrônicos no estudo dos fenômenos religiosos –, oferece material empírico para as demais disciplinas do campo (Filoramo; Prandi, 1999). Porém, eles percebem que, ainda que na opinião de alguns pesquisadores,

uma concepção aberta e dinâmica de história – não dominada por nenhum tipo de historicismo e, ao mesmo tempo, capaz de enfrentar os problemas do presente – continue sendo (ainda que como projeto) o eixo em torno do qual deveria girar a contribuição das diferentes CR, é verdade que, à espera de aprofundamentos válidos nessa direção, o atual debate metodológico internacional sobre as CR dá mostras de querer privilegiar outros eixos interpretativos, como a antropologia (Filoramo; Prandi, 1999, p. 15-16).

Algo semelhante ocorreu em relação à Antropologia Social. Ingold (2019) comenta que ela foi concebida como o estudo comparativo das formas de vida encontradas em sociedades simples, pequenas e tradicionais, servindo-se do material

empírico oferecido pela Etnografia, que se tornou quase que sinônimo de Antropologia. Para o autor, “a boa etnografia é sensível, contextualmente matizada, profusamente detalhada e fiel àquilo que retrata”, o que “são qualidades admiráveis”, mas que “constrangem o etnógrafo que deve permanecer, se não oculto, pelo menos nos bastidores, permitindo que as pessoas e as suas vozes assumam o protagonismo” (Ingold, 2019, p. 63).

Para ele, pensar a Antropologia como um diálogo, e seus profissionais como uma comunidade de pesquisadores, reflete melhor a prática antropológica. O autor relata que os antropólogos de inclinação social e cultural se voltaram, progressivamente, para outras abordagens nas humanidades, na História, Filosofia, religião comparada e nos estudos da linguagem e literatura, não conseguindo se reconciliar por completo com a maneira através da qual a Etnografia havia sido apropriada por sociólogos e outros cientistas sociais para nomear praticamente quaisquer técnicas de investigação capazes de fornecer dados qualitativos para análise (Ingold, 2019).

O estudioso das Ciências das Religiões deve, pois, escolher, “caso a caso, dependendo de suas competências e das circunstâncias externas, o instrumento que se revelar mais apto para alcançar o objetivo interpretativo” (Filoromo; Prandi, 1999, p. 22). De acordo com Filoromo e Prandi (1999), o que identifica o campo é a sua base empírica – com o método indutivo delimitando os seus confins –, caracterizando-se pelos juízos de fato, fundamentados nos limites do possível e na neutralidade do pesquisador. As Ciências das Religiões podem aprender de outras disciplinas, como da Filosofia da Religião, formas mais precisas de colocar problemas como o da definição ou de seus pressupostos, tendo a função de considerar os aspectos culturais, psicológicos, econômicos, sociais, dentre outros, do fato religioso, e tomando das teologias as formas por meio das quais o fato e a experiência religiosa vividos historicamente se explicitaram no nível teórico, constituindo um objeto de estudo indispensável, cuja especificidade deve ser conservada de modo adequado.

Os autores, enfim, consideram que o progresso de uma disciplina e de um campo disciplinar – progresso de tipo metodológico, compreendido não como uma evolução magnífica, mas como um avanço acidentado e com possíveis reviravoltas – se dá, historicamente, após descobertas que disponibilizam novos dados ou por intermédio da decifração de escritos desconhecidos, que possibilitam o acesso a fontes até então

inacessíveis, não seguindo um esquema acumulativo, mas se devendo à emergência de um mecanismo diferente, uma virada metodológica – como eles denominam –, ou seja,

à introdução de novo paradigma interpretativo, que, em geral, se contrapõe aos paradigmas anteriores, introduzindo pontos de vista diferentes que rompem o esquema de concepção linear e evolutiva do progresso científico (Filoramo; Prandi, 1999, p. 23).

Em sentido semelhante, Ingold (2019, p. 22), em sua concepção de “que a tarefa da antropologia é *ir além* da ideia de humanidade, ou pelo menos enquadrá-la de forma diferente”, tal qual os estudos das ontologias indígenas, sugere formas alternativas de leitura e escrita, que nos conduzam a nos inspirar com as vozes das páginas e com o mundo ao nosso redor, ouvindo e sendo aconselhados pelo que eles nos contam, cicatrizando, assim, a ruptura entre o ser e o saber, o que deve constituir um primeiro passo em direção a uma forma mais aberta e sustentável de viver (Ingold, 2012). O autor destaca um giro às questões relativas ao ser, iniciado com Alfred Hallowell, que ganhou impulso tal que muitos antropólogos o denominam “virada ontológica”, a partir de um entendimento da existência e transformação das coisas, conhecido como animismo, “antes desprezado como a mais primitiva das religiões, baseado na crença equivocada na espiritualidade dos objetos”, mas agora “considerado uma poética da vida que supera inclusive a ciência em sua compreensão da plenitude da existência” (Ingold, 2019, p. 18).

Ingold (2015) identifica ser típico de povos das sociedades ocidentais, a partir de uma convenção há muito estabelecida, rotular o animismo como um sistema de crença que atribui vida ou espírito a objetos inertes. No entanto, o autor considera que “o saber deve ser reconectado com o ser, a epistemologia com a ontologia, o pensamento com a vida” e que “o ato de repensar o animismo indígena” o levou “a propor a reanimação da nossa própria, assim chamada, tradição ‘ocidental’ de pensamento” (Ingold, 2015, p. 126), pois, para ele, “não é que a vida esteja nas pedras”, mas, “ao contrário, as pedras estão na vida” (Ingold, 2019, p. 18). Assim, “o mundo anímico está em fluxo perpétuo, uma vez que os seres que dele participam seguem seus vários caminhos”, não existindo em locais, mas ocorrendo ao longo de caminhos (Ingold, 2015, p. 121).

Finalmente, Ingold (2015) deseja que suas observações não sejam interpretadas como um ataque contra todo o empreendimento científico, pois ele não considera que animismo e ciência sejam irreconciliáveis e que uma abertura animista para o mundo seja inimiga da ciência.

Considerações finais

A partir das leituras realizadas para a redação deste artigo, podemos perceber que os autores estudados situam o nascimento da Antropologia e das Ciências das Religiões no século XIX, período marcado pela expansão neocolonial, que pôs Europa e Estados Unidos em contato com culturas e religiões até então incompreendidas e/ou consideradas como não dignas de compreensão para eles que, como visto, conceituavam religião de modo distinto em relação aos povos não ocidentais, mas que deveriam ser investigadas de modo racional, através do método científico, a partir das ideias iluministas então em voga.

Sobre os objetos de estudo em questão, enquanto Giovanni Filoramo e Carlo Prandi demonstram a dificuldade que aqueles que estudam o fenômeno religioso têm em definir o que é religião, Tim Ingold procura desenvolver uma nova definição para a Antropologia, deslocando o seu foco da observação sobre a cultura e/ou o comportamento de um grupo de pessoas para o de uma convivência entre os pesquisadores e os grupos que desejam conhecer, através de uma troca de experiências de vida, reconciliando conhecimento e sabedoria.

Todos os autores estudados demonstram preocupação com a fragmentação das pesquisas em suas áreas de estudo. Filoramo e Prandi que percebem, na atualidade, o quanto o fenômeno religioso tem sido objeto de estudos por parte das mais variadas disciplinas, assim como de novos métodos de pesquisa, afirmam a necessidade de que não se percam de vista a unidade e a especificidade do objeto, assim como a exigência de globalidade e de sentido dos estudos da religião. Já Ingold não esconde seu incômodo com a pulverização dos estudos antropológicos, que faz parecer que a superespecialização criou, a partir da Antropologia, ciências distintas.

Sobre a questão dos métodos, Ingold destaca que tais devem garantir a objetividade da pesquisa, não permitindo que seus resultados sejam corrompidos por um envolvimento muito afetivo dos pesquisadores. Nesse sentido, Filoramo e Prandi destacam que, conforme os estudiosos que trabalham sob o modelo da explicação, a religião também pode e deve estar sujeita aos métodos da pesquisa crítica. Porém, estes autores lembram que há tradições de estudos que admitem a necessidade de que aquele que estuda as religiões tenha alguma experiência do religioso e que se aproxime do seu objeto com simpatia, enquanto Ingold insiste que, em sua concepção acerca da



Antropologia, o envolvimento do pesquisador é essencial, através de uma observação participante, unindo-se às pessoas em busca de formas de viver.

Filoramo e Prandi enxergam as Ciências das Religiões como um campo disciplinar, com uma estrutura aberta e dinâmica – que interaja com outras disciplinas – e em que as regras científicas devem ser subjetivas – a partir da existência de uma pluralidade de métodos científicos –, mudando de acordo com as circunstâncias encontradas pelo pesquisador, mas com uma especificidade que deve ser conservada. Já Ingold pensa a prática antropológica como uma comunidade de pesquisadores em diálogo, abertos para outras abordagens nas humanidades, na História, Filosofia, religião comparada e nos estudos da linguagem e literatura.

Enfim, enquanto Filoramo e Prandi buscam estabelecer uma identidade para as Ciências das Religiões, algo ainda não plenamente alcançado desde o seu surgimento no século XIX – ou pela dificuldade de definir o seu objeto, a religião, e seus métodos de pesquisa; ou pela resistência de muitos pesquisadores em reconhecer a existência de um campo disciplinar ao invés de diversas ciências isoladas –, Ingold sugere novas bases para a Antropologia, desfragmentada, dialógica, não em busca de simples conhecimento, mas de sabedoria e, principalmente, em colaboração e correspondência com os habitantes do planeta, com vistas a construir, em conjunto, um mundo em que haja lugar para todos, humanos ou não-humanos.

Referências bibliográficas

FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. Para um estudo científico da religião. In: FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. *As ciências das religiões*. 1. ed. São Paulo: Paulus, 1999. p. 5-25.

INGOLD, Tim. Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem. In: STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (org.). *Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. p. 15-29.

INGOLD, Tim. *Antropologia: para que serve?* Petrópolis: Vozes, 2019.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.

SCHRÖDER, Alexander; SCHLAMELCHER, Jens. Evolucionismo. In: USARSKI, Frank; TEIXEIRA, Alfredo; PASSOS, João Décio (org.). *Dicionário de ciência da religião*. São Paulo: Paulinas; Loyola; Paulus, 2022. p. 374-378.